

A emergência da questão da terceira idade e o trabalho do idoso na RMS¹

José Basílio Cerqueira Neto*

Resumo

Este artigo apresenta algumas características da inserção do idoso no mercado de trabalho da RMS. A abordagem é feita tendo em vista a emergência da questão da terceira idade, observado o fenômeno do envelhecimento populacional e suas conseqüências socioeconômicas, em especial sobre o mercado de trabalho. A pesquisa foi desenvolvida utilizando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador – PED/RMS. Observa-se que a inatividade é alta e o desemprego é muito baixo entre os idosos. As diferenças entre homens e mulheres são mais marcantes entre os idosos que entre os adultos e jovens. Os homens são mais ativos e ganham mais que as mulheres, sendo que os trabalhadores aposentados são os que auferem os maiores rendimentos.

Palavras-chave: idoso, mercado de trabalho, pensão, aposentadoria, envelhecimento populacional.

Abstract

This paper presents some features regarding the insertion of elders in the labor market in the Metropolitan Area of Salvador (MAS). The analysis took into account the aging population and its socioeconomics consequences, focusing on the labor market. The research was developed using data from the 'Employment and Unemployment Research' in the Metropolitan Area of Salvador – PED/MAS. We observed that inactivity is high and unemployment rate is very low among elders. Differences between men and women are higher among elders than among adults and youngsters. Men are more active and earn more than women earn, being that retired laborers perceive the highest income.

Key words: elders, labor market, allowance, retirement, population aging.

INTRODUÇÃO

Segundo resultados do estudo "Envelhecimento Populacional 2002" realizado pela Organização das Nações Unidas – ONU, nos últimos 50 anos houve um aumento de 33% da população com idade igual ou superior a 65 anos. Entre os países ricos o crescimento da população idosa foi mais acentuado, 81%, enquanto que entre os países pobres foi de 31%.

¹ Este artigo é uma versão atualizada e resumida do relatório monográfico "A Inserção do Idoso no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Salvador", apresentado no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia sob a orientação do Prof. Wilson F. Menezes.

* Crítico da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS e graduado em economia pela UFBA. basilocerqueira@yahoo.com.br

Segundo o relatório das Nações Unidas, o processo de envelhecimento da população mundial é constante, o que deverá provocar nos próximos 50 anos a queda do número de pessoas que estarão participando da força de trabalho e a sobrecarga dos sistemas de saúde, que teriam que gastar mais com doenças típicas do envelhecimento como diabetes e doenças neurodegenerativas. Em nenhum outro século as transformações demográficas foram tão significativas (CHAMIE *apud* MOREIRA, 2002). Os dados mostram que 10% da população mundial (629 milhões de pessoas) têm mais de 60 anos, mas este índice pode chegar a 20% (2 bilhões de pessoas) em 2050.

Entre os países mais ricos, o processo de envelhecimento populacional deve-se, principalmente, ao fato deles terem um sistema eficaz de saúde e controle de doenças típicas do envelhecimento. No entanto, entre as nações subdesenvolvidas, o fenômeno deve-se, principalmente, à queda acentuada do número de nascimentos. O caso brasileiro apresenta algumas peculiaridades. Desde 1950 até 2000, a população do Brasil mais que triplicou, passando de 54 milhões para 170 milhões. Nesse mesmo período, a população de jovens menores de 15 anos cresceu muito menos que a população de idosos e estima-se que até 2050 o contingente de pessoas com idade acima de 65 anos aumente 26 vezes, enquanto o número de jovens apenas duplique (MOREIRA, 2002).

Com o sistema de seguridade social cada vez mais comprometido, alguns trabalhadores buscam uma fonte de renda complementar a da previdência pública, fenômeno que os força a continuar ou buscar reinserção no mercado de trabalho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população ocupada com idade entre 60 e 64 anos aumentou 31,5% nos últimos 10 anos.

Utilizando-se da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS), o objetivo deste artigo é traçar o perfil da inserção do idoso no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS), observando aspectos como nível de atividade, ocupação, rendimento e participação dos aposentados e pensionistas.

O trabalho está dividido em quatro partes, incluindo esta introdução. A importância da questão da terceira idade, tendo em vista as alterações na estrutura demográfica e suas conseqüências socioeconômicas, será abordada a seguir. A inserção do idoso no mercado de trabalho, considerando aspectos como taxa de atividade, ocupação, rendimento e inatividade, é discutida numa terceira parte. Por fim são apresentadas algumas considerações finais.

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS

Em primeiro de agosto de 2000 a população brasileira atingiu um total de 169.799.170 pessoas, segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE. A partir dos resultados desse último censo, pode-se observar que ao longo do século XX a população brasileira multiplicou-se quase que por dez vezes.

Entretanto, de acordo com uma série histórica elaborada pelo próprio IBGE, conclui-se que as taxas de crescimento populacional vêm caindo desde a década de 1970 em função, principalmente, da queda da fecundidade (IBGE, 2000).

Bastante diferente do que ocorria nos anos 1950, quando a taxa de crescimento da população girava em torno dos 3% ao ano, na década de 1990 essa taxa foi de apenas 1,64%. Segundo estimativas do IBGE, o nível de fecundidade nessa década foi de 2,2 filhos por mulher em idade fértil. Isso quer dizer que o número de nascimentos no Brasil está apresentando quedas relativas muito grandes. Pode-se, então, concluir, através de tais dados, que o crescimento da população brasileira encontra-se num acentuado processo de desaceleração.

Apesar de um leve declínio dos índices de fecundidade observados desde os anos 1960 até meados da década de 1980, o Brasil, em virtude da composição de sua pirâmide etária, era considerado um país de jovens. Entretanto, desde então, a largura da base da pirâmide tem diminuído.

Além da queda do número de nascimentos, outro fator preponderante na alteração da estrutura etária brasileira é o aumento da expectativa de vida. O aumento da longevidade foi uma das grandes conquistas do século XX. Esse fenômeno tem implicações tão profundas que muitos chamam de "revolução demográfica". Desde 1950 até 2000, a expectativa de vida da população mundial aumentou cerca de 20 anos e as projeções são de que continue crescendo por um longo período.

Segundo a ONU, a expectativa de vida desde 1950-1955 até o ano 2000 aumentou de 46,5 anos para 65 anos. O Brasil vem acompanhando essa evolução mantendo-se um pouco acima da média mundial, mas um pouco abaixo da média latino-americana. Ao longo desse período a diferença entre as expectativas de vida dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos vem caindo, o que é, de certa forma, natural visto que a expectativa de vida dos muito velhos cresce mais lentamente que a dos demais.

Para melhor compreender as previsões de aumento da expectativa de vida deve-se levar em consideração seus dois componentes fundamentais: a diminuição da mortalidade infantil e o aumento da qualidade de vida da população idosa.

A queda da mortalidade infantil torna-se fator importante, pois a expectativa de vida é calculada através de médias sobre toda a população, de modo que a vida curta das crianças puxa a média de toda a população para baixo.

No Brasil, onde a mortalidade infantil ainda é alta, a expectativa de vida ao nascer é inferior a de países desenvolvidos. Entretanto, a expectativa de sobrevivência nas idades mais avançadas, que não é muito sensível à mortalidade nos primeiros anos de vida, é bastante levada, aproximando-se da dos países desenvolvidos. Isso leva a crer que, ultrapassado determinado limite de idade, os brasileiros têm uma sobrevivência bastante elevada.

Tais modificações ocorridas na distribuição etária da população brasileira nas últimas décadas apresentam, como conseqüência, uma alteração no perfil das demandas sociais. Por exemplo, a demanda por saúde deve aumentar substancialmente criando uma necessidade de gastos com equipamentos e medicamentos mais dispendiosos. A diminuição do grupo de jovens deve desacelerar a demanda por educação. Entretanto, a pressão sobre o sistema previdenciário deve aumentar consideravelmente. Daqui a algumas décadas o sistema previdenciário brasileiro terá seríssimos problemas quando o montante de aposentados for muito maior do que é hoje (FERREIRA, 1991).

Durante um lapso de tempo, em que haverá um decréscimo da população jovem não compensado por um acréscimo da população de idosos, o país experimentará uma queda da sua taxa de dependência,² que posteriormente voltará a crescer, mas sem atingir os níveis históricos anteriores.

Como resultado dessa transição, observar-se-á uma mudança na estrutura da taxa de dependência que passará a ser maior entre os idosos que entre os jovens, alterando, assim, as demandas sociais, o que pressionará o sistema de saúde e, principalmente, o sistema previdenciário.

Para esse problema, a solução mais utilizada é a mudança nos regimes de aposentadorias, elevando a idade limite. O grande problema dessa solução é que ela empurra o indivíduo idoso ao mercado de trabalho, que, por sua vez, não demonstra interesse em absorver essa oferta de mão-de-obra com idade mais avançada.

Apesar das dificuldades, é preciso estabelecer um marco que separe os indivíduos idosos dos adultos. As dificuldades surgem quando nota-se que o envelhecimento não é uma pura e simples questão biológica, mas também uma questão cultural. Indivíduos de culturas e classes sociais diferentes não envelhecem da mesma forma. Entretanto, o direcionamento de políticas depende de uma estratificação da sociedade em grupos representativos.

Em 4 de janeiro de 1994, o Congresso Nacional decretou e o Presidente da República sancionou a Lei nº 8.842 da Política Nacional do Idoso. Para efeitos desta lei, considera-se idoso o indivíduo maior de 60 anos de idade. Portanto, julgou-se coerente, para a elaboração deste artigo, adotar o mesmo critério de idade limite de 60 anos para separar os indivíduos idosos dos não-idosos.

² A taxa de dependência é calculada somando-se a população de 0 a 9 anos com a população de idosos e dividindo-se esse valor pela população com idades entre 10 e 59 anos. Taxa de dependência = [(Pop.0-09 + Pop.60+) / Pop.10-59] * 100

O IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO

Por que os velhos permanecem economicamente ativos mesmo depois de aposentados? Fatores como

aumento da longevidade e melhoria das condições de saúde contribuem para uma vida ativa mais longa. Entretanto, acredita-se que o aposentado continue ofertando sua mão-de-obra não por diletantismo, mas, principalmente, estimulado pelos rendimentos do trabalho.

Segundo Menezes e Carrera-Fernandez (1998), a renda proveniente de pensões e aposentadorias é mais um indicativo de pobreza que de

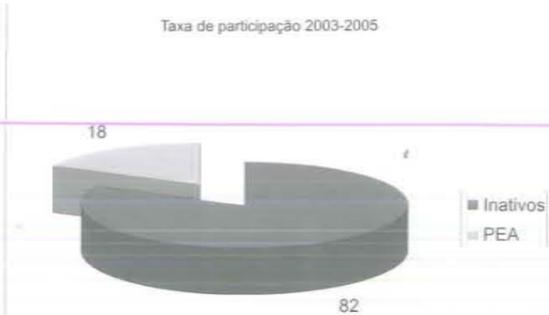
renda orçamentária exógena³ capaz de cumprir com sua função econômica de proporcionar ao aposentado ou pensionista o mesmo padrão de vida que tinha quando era economicamente ativo. Dessa forma, o idoso vê-se obrigado a continuar ou retornar ao mercado de trabalho para obter uma renda complementar.

A PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE ACONÔMICA

Os idosos representam 8% da população da RMS e 18% deles são economicamente ativos.

A participação na atividade econômica cai, como era de se esperar, com o início da terceira idade para ambos os sexos. Entretanto, com a velhice, as diferenças entre homens e mulheres aumentam, talvez como consequên-

Gráfico 1
População idosa por condição de atividade RMS, 2003-2005



Fonte: PED/RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

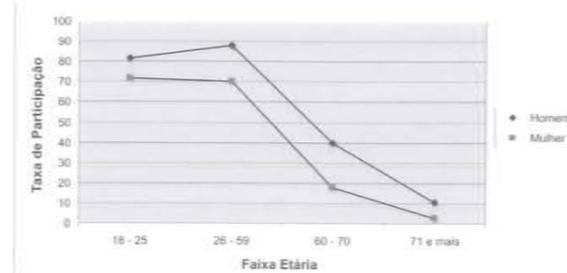
³ Renda obtida fora do mercado de trabalho.

Por que os velhos permanecem economicamente ativos mesmo depois de aposentados? Fatores como aumento da longevidade e melhoria das condições de saúde contribuem para uma vida ativa mais longa. Entretanto, acredita-se que o aposentado continue ofertando sua mão-de-obra não por diletantismo, mas, principalmente, estimulado pelos rendimentos do trabalho

cia de uma inserção diferenciada no passado, em que muitas mulheres não exerciam trabalho remunerado, limitando-se aos afazeres domésticos ou a realizar atividades braçais impossíveis de serem repetidas na velhice.

Percebe-se, observando o Gráfico 2, a seguir, que a taxa de atividade é mais sensível à idade entre os homens que entre as mulheres. Entretanto, a partir dos 70 anos homens e mulheres vêem-se forçados, por suas limitações biológicas, a deixarem o mercado de trabalho. Nessa fase, as diferenças das taxas de participação entre os gêneros diminuem.

Gráfico 2
Taxa de atividade por sexo RMS, 2003-2005

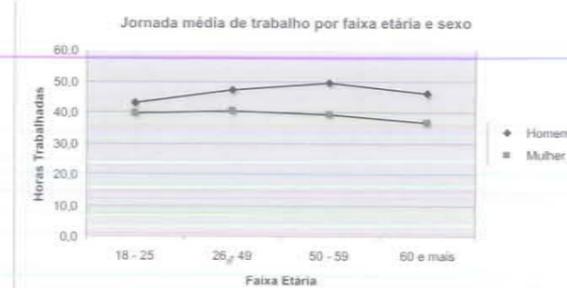


Fonte: PED/RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

HORAS TRABALHADAS

O Gráfico 3 mostra que os idosos do sexo masculino, apesar de terem uma carga horária menor que a dos adultos, trabalham mais horas semanais que os

Gráfico 3
Jornada média de trabalho por faixa etária e sexo RMS, 2003-2005



Fonte: PED/RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

jovens. O mesmo não acontece com as mulheres, em que o número de horas semanais trabalhadas é menos sensível à idade que entre os homens. Tal situação pode ser consequência do efeito coorte, devido a uma menor participação feminina no passado.

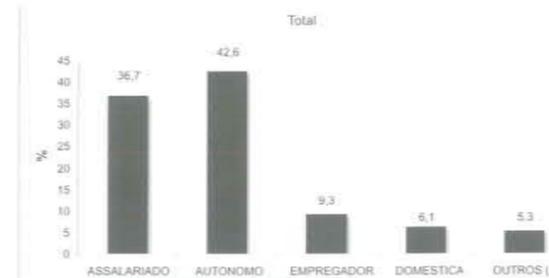
OCUPAÇÃO

Observando o Gráfico 4, que mostra a distribuição dos idosos por posição na ocupação, observa-se que 42,6% dos trabalhadores idosos são autônomos. Os assalariados representam 36,7% dos trabalhadores idosos.

Entre os idosos ocupados, os dados revelam que apenas 41,1% contribuem para o Instituto de Previdência Social. O trabalho exercido de forma irregular, em que o idoso aceita um emprego com baixas garantias, talvez por já ser aposentado, explica parte dessa situação.

Dentre os trabalhadores idosos ocupados do sexo masculino, 41,6% é contribuinte do Instituto de Previdência Social e apenas 40,4% das mulheres ocupadas fazem a contribuição previdenciária.

Gráfico 4
PEA idosa por posição na ocupação RMS, 2003-2005



Fonte: PED/RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Tabela 1
Distribuição dos ocupados por contribuição à Previdência Social
Pessoas com 60 anos e mais de idade por sexo Região Metropolitana de Salvador, 2003-05

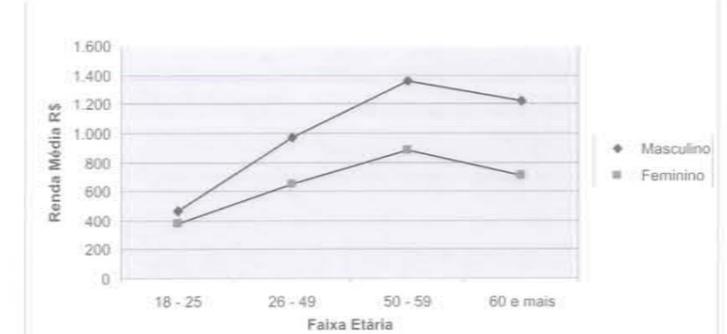
60 anos e mais	Contribui	Não Contribui	Total
Masculino	41,6	58,4	100,0
Feminino	40,3	59,6	100,0
Total	41,1	58,9	100,0
	100,0	100,0	100,0

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

RENDIMENTO

A renda média da população idosa decresce com a idade, mas ainda é maior que a renda dos jovens e dos adultos com idade até 49 anos. O rendimento médio dos idosos é inferior apenas ao recebido pelas pessoas com idade entre 50 e 59 anos. Observando o Gráfico 5, nota-se que a renda média de todas as fontes da população da RMS cresce até os 59 anos, decrescendo a partir daí.

Gráfico 5
Renda média por faixa etária e gênero RMS, 2003-2005



Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.
* Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Fevereiro - 2006.

Como mostra o Gráfico 5, os rendimentos absolutos da população feminina são mais baixos em todas as faixas de idade que os rendimentos da população masculina, e essa diferença aumenta com o avanço da idade. A renda média das mulheres idosas residentes na RMS chega a ser menos da metade da renda média dos homens idosos da região.

A Tabela 2 revela que a maior parte dos rendimentos dos idosos provém de aposentadorias e pensões. Essa fonte de renda é especialmente significativa entre as mulheres idosas, representando 87,5% da renda recebida por elas.

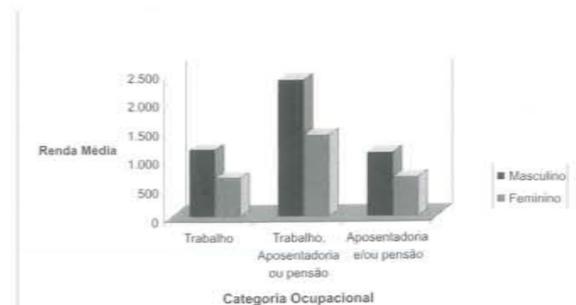
Tabela 2
Fonte de rendimentos dos idosos por sexo Região Metropolitana de Salvador, 2003-05

60 anos e mais	Trabalho e aposentadoria ou pensão	Aposentadoria e/ou pensão
Masculino	15,7	9,4
Feminino	8,4	4,1
		87,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

O idoso do sexo masculino que trabalha e é aposentado auferir um maior rendimento médio que aquele que apenas trabalha ou aquele que apenas é aposentado. A pior situação de rendimento para os homens idosos é aquela em que ele é apenas aposentado

Gráfico 6
Renda média 60 anos e mais por sexo e categorias RMS, 2003-2005



Fonte: PED/RMS - SEI/ SETRAS/ UFBA/ DIEESE/ SEADE
* Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Julho - 2005

Entretanto, entre as mulheres a situação em que é auferido menor rendimento médio é composta pela idosa que apenas trabalha. A melhor situação é aquela em que há renda de pensão e/ou aposentadoria e renda do trabalho. Diferentemente do que ocorre entre os homens, o rendimento apenas com pensão e/ou aposentadoria é superior ao auferido pelo trabalho.

Nota-se, portanto, a significativa redução dos rendimentos médios, tanto para homens quanto para mulheres, quando da aposentadoria, o que constitui um incentivo à permanência ou busca de reinserção do idoso ao mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira está vivendo alterações profundas em sua estrutura demográfica, caracterizadas principalmente por uma queda acentuada das taxas de fecundidade e por um aumento da expectativa de vida. Esse processo tem estimulado o crescimento do número relativo de pessoas idosas, trazendo desafios ao Estado, à sociedade e à família.

Percebe-se, pois, uma maior pressão do grupo etário dos idosos sobre o mercado de trabalho como consequência tanto de uma melhoria na qualidade de vida e aumento da longevidade quanto da necessida-

de de auferir um rendimento complementar à aposentadoria ou pensão.

O comportamento de homens e mulheres idosos no mercado de trabalho da RMS é coerente com o cenário de algumas décadas atrás. As mulheres trabalham muito menos horas semanais que os homens e essa diferença aumenta com o avanço da idade. A participação dos homens é significativamente maior entre os que trabalham mais de 40 horas semanais como consequência, principalmente, do efeito coorte, ou seja, da menor participação das mulheres na atividade econômica no passado. Entretanto, nota-se que a diferença entre o número médio de horas semanais trabalhadas não é muito grande entre adultos e idosos, em ambos os sexos.

A grande maioria da PEA idosa do sexo masculino trabalha como autônomo, talvez porque boa parte dessa população já esteja aposentada e por isso busque inserir-se em atividades de natureza informal. Entre os ocupados, apenas uma minoria contribui para o Instituto de Previdência Social. É interessante notar que a participação feminina só é superior à masculina em ocupações consideradas precárias, como no trabalho doméstico e familiar, fato que irá impactar numa menor remuneração dos indivíduos desse gênero.

As pensões e aposentadorias constituem-se nas maiores fontes de renda da população idosa, principalmente para as mulheres. O fato de a expectativa de vida das mulheres ser maior que a dos homens, aliado à queda do nível de atividade com o avanço da idade, contribui para uma maior presença feminina entre os idosos que auferem renda apenas de pensões e aposentadorias.

Como esperado, a renda média decresce com o avanço da idade. Entretanto, o rendimento dos idosos situa-se num patamar mais elevado que o dos jovens. O comportamento da curva de renda média é diferenciado para homens e mulheres. O valor absoluto da renda masculina é superior em todas as faixas etárias e com o avanço da idade a diferença entre os sexos torna-se cada vez maior, talvez como consequência de uma maior presença masculina entre os idosos que auferem renda do trabalho apesar de já serem aposentados, visto que essa é a categoria ocupacional em que se obtém maior renda média. Assim, verificou-se que a renda constitui um incentivo para que os idosos, principalmente do sexo masculino, parem de trabalhar mais tarde.

É com uma sociedade cada vez mais envelhecida, em que as atenções se voltam para os desafios trazidos pelo envelhecimento populacional, que este estudo se preocupa, enfocando a relação entre o idoso e o mercado de trabalho. Pressões políticas e sociais para a transferência de recursos na sociedade aumentam a necessidade de novos estudos sobre as demandas de uma população idosa cada vez mais numerosa e ativa.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, D. N. Envelhecimento da população. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.1, n. 2, p. 28-29, set. 1991.

IBGE. *Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios - Resultados do universo - Dinâmica populacional brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

MENEZES, F.W.; CARRERA-FERNANDES, J. A Participação do idoso na força de trabalho: uma abordagem a partir da Região Metropolitana de Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., 1998, Belém. *Anais...* Belém: ANPEC, 1998. p.1973-1990.

MOREIRA, M. M. Mudanças estruturais na distribuição etária brasileira: 1950-2050. Fundação Joaquim Nabuco, 2002. (Trabalhos para discussão, 117). Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/136.html>>. Acesso em: 30 maio 2002.